

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 149

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DA
UNALE
REALIZADA EM
22 DE OUTUBRO DE 1999**

(sexta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, ainda presentes convidados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO.

Passando imediatamente a palavra ao Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE.

O SR. PRESIDENTE DA UNALE (**Miguel Martini**)

Muito obrigado mais uma vez, quero agradecer ao presidente Nelson Justus e a todos os Deputados desta Casa, que nos acolhe.

Quero esclarecer aos Senhores Diretores e Membros da Diretoria da UNALE, que aqui viemos de forma bastante representativa, para mais uma reunião de trabalho, da nossa entidade.

Pouco das notícias iniciais rapidamente já foram dadas na minha fala, mas só para colocar em termos de UNALE, nesse primeiro passo de prestação de contas, nós, a UNALE, faz parte através do presidente do Comitê Executivo, da Conferência Parlamentar das Américas. Uma conferência que congrega os Legislativos dos 35 países que compõem as Américas.

A UNALE está aqui para a associação de quem quiser, acaba de celebrar um convênio com a Assembléia Nacional de Quebec, aonde nós estamos através deste convênio celebrando o intercâmbio entre o Parlamento Estadual Brasileiro e a Assembléia Nacional de Quebec. Eles têm até interesse de fazer particularmente com Assembléias, individualmente.

Então, isso já aconteceu, estamos aqui dando a conhecer.

A Conferência Parlamentar nas Américas, também foi definido na reunião de Quebec, que vai ter o seu segundo encontro, a segunda Conferência será em Porto Rico, no mês de julho do ano que vem. O Presidente da Conferência Parlamentar das Américas, agora passa a ser o Senador Mark Wintoff, que é o Senador Presidente do Senado de Porto Rico.

Dar a conhecer que nós tivemos, também, mais uma vez em dizer, na Conferência Parlamento Europeu de sub-regiões da Ásia e de outros lugares. Este encontro foi positivo, porque possivelmente virá, talvez a própria Presidente da Conferência nos prestigiar em Gramado, na nossa Conferência em maio.

Outro assunto interessante é que a UNALE vai estar na Argentina auxiliando a criação de uma entidade similar à nossa, lá. Vamos visitar, também, Venezuela, que já começou e se o Chaves deixar continuar os Parla-mentos estaduais, também, lá e vamos auxiliar.

Canadá já começa a se organizar a partir de janeiro, falta só o México. Essas são as notícias internacionais.

As notícias nacionais são essas de que o Congresso Nacional através do presidente da Câmara Michel Temer quer discutir com a UNALE todos os projetos de repercussão nacional de maior relevância, que vão tramitar no Congresso Nacional.

Ele quer discutir conosco, já está discutindo a Reforma Tributária, já estamos discutindo a lei de responsabilidade fiscal, e ele quer discutir conosco a Reforma Política Partidária, que vai ter início, possivelmente, após as eleições do ano que vem.

De forma que a UNALE hoje, já é lembrada dos grandes temas, das grandes discussões, e é discussão principalmente em relação à Reforma Tributária, fez com que o próprio Congresso Nacional, Michel Temer, outros Parlamentares e o Presidente Germano Vigotto, se abrissem essa novidade para eles, mas essa feliz iniciativa, de que agora eles têm uma interlocução com os Legislativos Estaduais. Eles querem aprofundar ainda mais esse diálogo.

Só para quem ainda não tem a informação, só confirmando. O parlamento amazônico já está filiado. Agora consolidamos o Parlamento do Sul e, vamos em novembro, no Parlamento do Nordeste. Diria até que o Presidente Reinaldo, não está aqui o Pedro Eurico, o Leo Júnior conversassem também, a respeito disso com o Coordenador Regional de lá, que participasse nesse pro-

cesso, para que nós tivéssemos realmente um parlamento no Nordeste, bem forte, como tem sido todos os outros.

Basicamente a UNALE está caminhado desta maneira, quero passar a palavra agora, antes de nós celebrarmos aqui o convênio com a Assembléia do Paraná, que o Tesoureiro Geral, o Deputado Manoel Maria, para que ele faça a prestação de contas, mostre qual é a nossa realidade econômica e financeira.

O SR. TESOUREIRO GERAL (**Manoel Maria**)

É uma satisfação muito grande estar presente aqui nesta reunião. Nós estamos aqui ao lado do nosso Presidente, para levar avante o nosso trabalho. Quero agradecer ao Gerente Geral, que realizou um grande trabalho para a entidade. Passamos então a apresentar o nosso relatório da tesouraria, e mostrar a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, a situação financeira da Entidade.

Nós temos em nossas mãos os gráficos. Nas pastas dos Senhores Deputados os gráficos, vossas Excelências poderão ir analisando sem problema nenhum qualquer informação estamos assessorados pelo Décio, que está disponível e pronto para esclarecer.

Estamos apresentando a todos os senhores membros da diretoria os gráficos que espelham bem a realidade e os valores arrecadados pela entidade no corrente ano.

Apesar de termos introduzido o sistema de cobrança eletrônica, a partir de agosto passado, lamentamos que ainda não obtivemos um retorno satisfatório.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, antes de prosseguirmos, pedir a colaboração e o apoio de todas das assembleias Legislativas, dos Presidentes que aqui estão, dos Deputados que fazem parte da Diretoria da UNALE, para que colabore-se para que essa Entidade possa estar sendo bem calçada para tocar, seguir à frente com os seus desejos.

Poucas Assembleias se filiaram a este tipo de pagamento e estamos trabalhando para que esta cobrança se generalize e possamos ter no ano 2.000 um controle dos pagamentos feitos.

Nós gostaríamos de pedir a todos os senhores deputados e a todos os representantes das Assembleias Legislativas, de que nós gostaríamos de entrar o ano 2.000, entrar no novo milênio, com o crédito, porque a entidade está tendo muita dificuldade em cumprir com os seus compromissos. Então, já de antemão, nós fazemos esse apelo aos senhores deputados.

Como podem observar, o grau de inadimplência é preocupante, pois muito embora tenhamos feito gestões junto à algumas Assembleias para efetuarmos uma renegociação da dívida, restam algumas que não se manifestaram a respeito.

O Dr. Décio fez contatos com algumas Assembleias que estão inadimplentes e fez uma renegociação, fez uma proposta, mas ainda não recebemos o retorno que gostaríamos que houvesse uma manifestação por parte dos senhores Deputados.

Cito como exemplo de negociação feita, com sucesso o da Assembléia do Mato Grosso, Rondônia, Goiás e Pernambuco (faltando ainda esta enviar o Pedido formal de aceitação da negociação).

Precisamos fazer renegociação com as Assembleias do Acre, Alagoas e Roraima, de forma a fortalecer a entidade na parte financeira e manter todas as Casas Legislativas em pé de igualdade.

Conforme Resolução nº 05/99, recentemente aprovada as Assembleias inadimplente, conseqüentemente seus Deputados, não poderão concorrer nas próximas eleições da entidade. Então este assunto sempre virá à pauta nas próximas reuniões para que não haja qualquer dúvida. Explico melhor, a Assembléia Legislativa que estiver inadimplente por ocasião da eleição da nova diretoria, seus Deputados não poderão concorrer a cargo da nossa diretoria. Gostaria que os colegas atentassem para esta parte.

Outra situação que é bastante preocupante é o fato de as Assembleias pagarem com quase dois meses de atraso, o que nos traz preocupações e faz com que o mês de dezembro seja o mais crítico, tendo em vista que as filiadas fazem o pagamento de 12 mensalidades e a Entidade tem vários compromissos de 13º salário (contador, funcionários e outros), a despesa é grande.

Estamos ultimando um resenha mensal para todos os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria sobre a situação financeira e os trabalhos que estamos fazendo para recuperar os pagamentos em atraso e, principalmente, regularizar a situação das novas filiadas.

Os levantamentos que estamos fazendo e as cobranças que estamos pessoalmente fazendo traduzem a vontade que temos que a UNALE cresça e se transforme numa legítima representação dos deputados estaduais.

Os colegas estão percebendo que a UNALE é uma Entidade que está crescendo muito, haja vista a reunião que nós tivemos aqui ontem à noite, hoje de manhã, esta manhã e estamos nos preparando para o ano que vem, a 3ª conferência na cidade de Gramado.

Estamos aguardando conforme já disse, o presidente Miguel Martini, pelo menos mil pessoas inscritas.

Então é sinal que a entidade está crescendo muito. Como é de conhecimento de todos os levantamentos que estamos fazendo, traduzem a vontade que temos que a UNALE cresça, progrida e melhore cada vez mais, que realmente a UNALE seja a entidade que nós, os deputados e os funcionários das Assembleias Legislativas estão querendo que ela seja.

Tenho certeza que se todos colaborarem e se nós continuarmos trabalhando nesse sentido, nessa unidade especial não tenho dúvida nenhuma que a UNALE será a entidade esperada por todos os seus membros.

Como é do conhecimento de todos, temos feito diversos eventos em Brasília, reuniões em várias regiões do país.

Temos o nosso jornal bimensal, acompanhamento de parlamentares em Brasília.

Hoje, o Deputado Estadual de qualquer estado, principalmente aquele que estiver filiado e a sua Assembléia estiver filiada, tem um escritório em Brasília, tem computadores, assistência por parte dos funcionários daquela Casa, acompanhamento nos Ministérios, em todos os escritórios e locais onde os Deputados precisarem se apresentar. Acompanhamento de parlamentares em Brasília, aluguel de automóveis e manutenção da sede, o que significa um grande desembolso mensal. Está bonito, mas tem despesa e quando se tem despesa tem que se ter também, recebimento por parte daqueles que fazem parte da entidade.

Portanto, precisamos encarar a situação financeira como elemento político importante, fazendo com que no âmbito de nossas Casas legislativas possamos fazer valer as nossas indagações junto à Mesa Diretora e à presidência sobre a regularidade dos pagamentos devidos à UNALE.

Os deputados que estão aqui, chegando lá na sua Assembléia Legislativa, consultem o Departamento Financeiro, conversem com o presidente para ver como está a situação da sua Assembléia com a nossa entidade e assim, os colegas estarão colaborando conosco.

Gostaria de encerrar dizendo o seguinte: que nunca é demais dizer que precisamos fazer uma poupança para termos uma boa saúde financeira.

Esse é o relatório da Tesouraria Geral na União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE DA UNALE (Miguel Martini)

Agradecendo ao Deputado Manoel Maria, dizer o seguinte: não descobrimos ainda uma semente que brota pé de dinheiro. Nós não temos receitas outras senão as de contribuições e se as Assembléias e os Deputados contribuírem, nós teremos condições de conduzir a entidade e fazer todo esse trabalho que estamos fazendo, mas se não houver receita, não temos como fazer. Hoje, temos uma sede toda mobiliada, não devemos um centavo a ninguém, só que esse nosso trabalho está num dinamismo bem grande e intenso, e para isso nós precisamos de recursos financeiros.

Então, para os senhores terem uma idéia, isso que está na pasta dos senhores “prolegis”, vai significar aproximadamente por baixo, uma economia de em torno de três milhões de reais para cada Assembléia Legislativa.

Nós vamos colocar um sistema e o Doutor Marcelo vai falar a vocês sobre isso, dentro da Assembléia, custo zero.

Não vai lhe custar nada. Agora, para isso, nós tivemos que investir e comprar, se não me engano, dez computadores mais sofisticados para que seja desenvolvido esse trabalho.

Estamos indo ao Piauí para lançar lá. Já estivemos no Espírito Santo, já estamos em contacto aqui também no Paraná, queremos colocar em todas as Assembléias

Legislativas deste país, a custo zero, e mais do que isso, estamos criando sistema de linguagem único. Então, queria que o Dr. Marcelo falasse para nós, dar uma visão geral do que significa isso, para dizer que os senhores não estão gastando dinheiro ao contribuir com a UNALE, pelo contrário, estão investindo com o retorno além de qualquer investimento que tenha no mercado, ainda que seja dólar, qualquer que seja, porque o retorno é infinitamente móvel, só num detalhe que é o Prolegis, além de tantas outras coisas que a entidade está fazendo.

Então, para dizer para os senhores o seguinte: Se os senhores e as senhoras que são da diretoria aqui, não se interessarem, conversarem com o departamento financeiro e acharem que alguém vai pagar, não vai funcionar a entidade, estamos muito aquém do que poderíamos arrecadar mensalmente. Com essa contribuição dos Deputados e das Assembléias temos condições plenas de dar toda assistência que temos dado, e ampliar ainda a prestação de serviços. Não queremos gastar dinheiro à toa de forma nenhuma, tem toda transparência, tem o conselho fiscal examinando todas as contas, agora, queremos é que apenas cada Assembléia contribua, só isso, até porque é hora.

O SR. PEDRO EURICO

Quero aqui, em nome da Assembléia de Pernambuco, dizer que depois do encontro que realizamos em Pernambuco, a Assembléia estava inadimplente, e quero dizer a Vossa Excelência que estou trazendo informações de que a Tesouraria pode depois entrar em contato com a Secretaria da Assembléia, porque a Assembléia já está em condições e ficará completamente adimplente com a entidade.

(Palmas)

O SR. MARCELO MIRANDA

O Prolegis, é na verdade um programa de modernização consorciada dos legislativos. O processo de modernização é algo inevitável hoje, e inadiável até.

O Deputado José Maria está coordenando aqui no Paraná esse processo, e estamos procurando exatamente trazer a contribuição de cada Assembléia, de cada equipe de informática já existente, nesse ponto o Deputado Martini coloca que não existe recurso novo a ser investido nesse processo, em termos de pessoal, em termos de desenvolvimento. Tudo que a Assembléia do Rio Grande do Sul fez nos últimos 3 anos está disponibilizando as suas entidades coligadas às outras Assembléias, assim como estão pegando os recursos humanos, o “know how” que a Assembléia de Minas já desenvolveu, a Assembléia de Santa Catarina, através da diretoria de informática, estamos procurando criar dentro do Poder Legislativo a tecnologia e informatização.

Estávamos comentando com o Deputado José Maria, até hoje as Assembléias trabalharam pelo menos nesta parte técnica, totalmente independentes, acho que a pena a partir de agora, a partir do trabalho da UNALE

que encampou essa idéia, foi o trabalho de vários técnicos de várias Assembléias, e o Deputado Martini encampou essa idéia, e hoje a gente tem a contribuição, cada uma das Assembléias contribuindo com as outras, e isso aí a gente tem condição de em curto espaço de tempo, colocar as Assembléias de forma nivelada, em dia com a informatização, priorizando o que até hoje não tinha sido possível, as informações para os legislativos, é o que a Assembléia de Santa Catarina tem feito, que é a inteligência parlamentar, é colocar informação no gabinete, a informação pronta e na mão do Deputado.

Daí as Assembléias hoje não podem se furtar a ser provedoras de informações para os Deputados, precisamos nos conscientizar, nós técnicos de informática, precisamos hoje trabalhar principalmente para os Deputados. É claro que tem que se cuidar da parte financeira e administrativa da Assembléia. Mas hoje não temos mais direito de não ouvir e não procurar entender as necessidades de otimização e aperfeiçoamento do trabalho parlamentar.

O Deputado Paulo Odoni tem claramente dado todo o apoio nesta informatização e hoje é um processo que não depende mais de uma Assembléia ou de uma empresa privada externa, mas depende do esforço de cada um.

Era esta a idéia que eu gostaria de colocar como Coordenador do Prolegis e, contar da mesma maneira, com o apoio dos Presidentes e Parlamentares que já estão atuando nesta área de informatização das suas Assembléias.

O SR. GILMAR KNAESEL

Gostaria de trazer uma informação importante sobre este aspecto. Todos devem ter o mesmo problema com os programas chamados piratas que ao longo do tempo foram instalados nas Assembléia e hoje há uma nova lei, uma nova dinâmica, e daqui pouco vamos ter problemas.

Nosso Estado já começou a tê-los. Uma Universidade recebeu uma notificação muito grande e nós, da Assembléia Legislativa, preocupados com isso, conseguimos viabilizar um contrato com a Microsoft. Pediria até que nos esclarecesse como funciona este contrato.

Na verdade estamos utilizando um contrato que existe da Microsoft com o Tribunal de Contas da União e que nossa Assessoria Jurídica entende que é perfeito para que possamos fazer este contrato com a Microsoft, que vai dar um prazo de dois anos para regularizarmos estes programas que existem na Casa e que nos dá fôlego e, ao mesmo tempo, coloca à nossa disposição dos avanços tecnológicos na área.

O SR. DEPUTADO

Senhores, o contrato select que a Assembléia de Santa Catarina firmou através do TCU, numa iniciativa nossa para regularizar o problema das cópias não licenciadas, principalmente dos pacotes da Microsoft que

hoje é o domínio quase que cultural na área da informática.

Então, só para vocês terem informação, no nosso caso, com 300 estações de trabalho, teremos um investimento praticamente cash, até o dia 31 de outubro, prazo que a ABS deu às empresas e órgãos governamentais, de regularizar, no caso de Santa Catarina teríamos um dispêndio imediato de 300 mil reais caso fôssemos resolver este problema imediatamente.

Então, através do empenho do nosso Presidente, Deputado Gilmar Knaesel, buscamos junto ao PRODASEM uma abertura e chegamos ao Tribunal de Contas da União, que é o provedor deste contrato, e ele já está não só definindo em relação à participação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, mas com a possibilidade de ser estendido a todas as outras Casas Legislativas do País.

O SR. GILMAR KNAESEL

Estaremos semana que vem encaminhando à UNALE, uma cópia deste nosso contrato que poderá ser repassado a todas as Assembléias Legislativas, caso interessar, para que possam caminhar neste assunto que “vai Pegar”.

É bom ficarmos alertas porque eles vão atrás, depois do dia 31, e fica muito mal uma Assembléia Legislativa estar exposta a uma situação constrangedora.

O SR. MIGUEL MARTINI

Só para trazer um esclarecimento sobre isso: Estas cópias que são os programas “Word” e outros são o caso talvez, de Santa Catarina e outras Assembléias. Não se trata do programa que está sendo desenvolvido pela UNALE, o Global, porque este posso assegurar para vocês e até conversei com o Marcelo desde o dia que assumi, aliás, o Marcelo é funcionário da Assembléia cedido à Brasília e, o programa que estava sendo desenvolvido para a UNALE para que fosse este aplicativo servir e ser desenvolvido com as demais Assembléias e servir a todos nós.

A fatura duplicata, a Mesa da Assembléia do Rio Grande do Sul está mandando para a UNALE. E, neste programa estão todas as fontes, todos são desenvolvidos, já incorporados o que precisávamos comprar, já compramos, não tem nada aí que se incluía na coisa da pirataria. Então nesse programa que vai servir para todos nós termos a mesma linguagem atualizada, um sistema corporativo integrado, neste os “softwares”, aqueles que nós usamos, aplicativos tão usados, ou foram desenvolvidos lá mesmo, ou os básicos foram comprados e podem ser, tranqüilamente, usados.

O SR. DEPUTADO

Acho que a conjugação para se chegar ao PROLEGIS, é necessário, hoje, foi esclarecido isso ao Deputado José Maria, que se defina uma plataforma de

sustentação. Quer dizer, se crie primeiro uma plataforma de base para depois poder adotar o sistema.

Muito obrigado!

O SR. MIGUEL MARTINI

Senhores, vou suspender por alguns minutos esta nossa reunião. Está fazendo parte também da reunião, a Dona Niva Sabóia Khury, digníssima esposa do ex-Presidente Aníbal Khury.

Então, neste momento, gostaríamos de passar às mãos da Dona Niva Khury, duas coisas: o nosso “Jornal da UNALE”, onde, de maneira muito singela, procuramos aqui destacar, homenagear este Presidente que tem uma história política invejável. E que foi, digamos assim, um dos nossos companheiros que caminhou conosco durante muitos anos, sempre nos apoiando, sempre nos auxiliando.

Então, aqui está um pequeno histórico que gostaria de passar às mãos da senhora. E passar também para as suas mãos o cheque relativo ao Fundo de Apoio parlamentar, que todos contribuímos a cada mês que alguém, que algum dos nossos passa para uma vida melhor do que essa, com toda a certeza.

Então, passo às suas mãos, Dona Niva.

(Faz a entrega)

Gostaria de dizer, em nome da UNALE, em nome de todos os Deputados Estaduais das Assembleias Legislativas e do corpo técnico das Assembleias Legislativas, do nosso sentimento e do nosso reconhecimento do homem público que foi o marido da senhora. E deixar só um pensamento. E esse pensamento vale para nos acompanhar sempre, desde que o ouvi. Diz que o escultor, quando pega qualquer matéria bruta para esculpir, num determinado momento diz: a obra esta pronta. Pode ser que qualquer um dos leigos ou outras pessoas que observam digam: mas, acho que faltava alguma coisa aqui ou alguma coisa ali. Mas, ele é o escultor e sabe quando a obra está pronta, quando a obra está terminada.

E assim acreditamos também que o nosso Deus quando olhou para o Doutor Aníbal Khury, num determinado momento disse: a obra está completa, a obra está cumprida. Ainda que discordemos, ainda que achemos diferente, mas o autor da obra é Deus, e ele sabe qual é o melhor momento para dizer: a obra está concluída.

Então, a senhora fique com o nosso carinho, com o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

Senhores, já que interrompemos e para este momento um pouco doloroso para todos nós, vamos aproveitar também este momento para pedir ao Deputado Orlando Pessuti - então, ele falou que só entrega as carteiras depois de filiado.

Então, com muita alegria, já que o nosso tesoureiro falou de recursos financeiros, a Assembleia Legislativa do Paraná está fazendo neste momento a sua filiação à UNALE. Tínhamos aqui todos os Deputados já filiados à

UNALE e à FAAB, faltava apenas a Assembleia Legislativa.

Então, quero passar a palavra ao presidente Nelson Justus, que vai fazer a assinatura e vamos então assinar nesta cerimônia.

O SR. NELSON JUSTUS

Senhor Presidente Miguel Martini, Senhores Presidentes das Assembleias, companheiros da UNALE, Deputados aqui presentes.

Recordo-me, ainda está muito viva em minha memória quando em agosto, pela primeira vez, estive em Brasília na UNALE, na sede da UNALE, e numa visita rápida, porque ali teríamos um encontro com o Deputado Michel Temmer, e naquela oportunidade, ainda na saída do elevador, disse ao Presidente Martini que tão logo chegasse em Curitiba, iria insistir ao Presidente da Assembleia, Aníbal Khury, para que a Assembleia efetivasse essa sua filiação.

Jamais poderia imaginar que ao fazer aquela promessa, teria eu que promulgar a Resolução nº 013/99, em 21 de outubro de 1999, filiando efetivamente, após aprovada por unanimidade pelos meus Pares de Assembleia e promulgada esta resolução nesta data de outubro.

Portanto - e não caberia aqui ao abrigo de poucas palavras - depois de tudo que vimos durante estes dias e do que pudemos já ver no passado, principalmente pelo Embaixador da UNALE aqui na nossa Assembleia, aqui no nosso Estado, Deputado Orlando Pessuti, não caberia aqui, como disse, ao abrigo de poucas palavras, dizermos os porquês desta nossa filiação. É evidente que num momento histórico como este que vivemos, temos que cada vez mais nos unirmos e a União Nacional das Assembleias Legislativas é, sem dúvida nenhuma, um mecanismo extraordinário para todos nós.

Portanto, Senhor Presidente, Diretoria da UNALE, é com muita honra que a Assembleia Legislativa cumpre o seu papel neste instante filiando-se, definitivamente, em que pese todos os seus Deputados já serem filiados à UNALE, mas agora sim, a Assembleia, de um modo oficial.

Sentimo-nos honrados e muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

E para dizer que além da filiação da Assembleia, estamos também assinando convênio com o PROLEGIS. Porque a Assembleia, para assinar convênio com o PROLEGIS e ter todos esses benefícios aqui, precisa ser filiada e estar em dia com a UNALE. Estamos assinando esse convênio do PROLEGIS.

Com muita honra e com muito orgulho passo agora, às mãos do Presidente, a nova carteira da entidade, com muito prazer. O Frederico vai entregar para o Pessuti, 1º vice-Presidente da UNALE.

(Aplausos)

Agora, o Pessuti vai entregar para os outros.

(Aplausos)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Com a autorização do Presidente, chamo aqui o Deputado José Maria Ferreira, 2º vice-Presidente; Deputado Cesar Seleme, Diretor Regional Sul; Deputado Basílio Zanusso, oito mandatos de Deputado Estadual; e Deputado Ademir Bier.

(Aplausos)

Deputado Martini, agora, devidamente filiados, queremos passar ao Presidente da UNALE um mimo, mas que é o símbolo maior, talvez, do Paraná. Este símbolo está espelhado nesta arte feita pela Adriane Müller, que simboliza a pinha e desta pinha, o pinhão, representando a vida, que o pinheiro sempre representou para todos nós. Para que fique na galeria da UNALE, estamos entregando este lembrete da Assembléia Legislativa.

(Aplausos)

Para ficar também nas galerias da UNALE, lá em Brasília, como já foi solicitado pelo Presidente, a partir de agora como estamos filiados, a nossa bandeira do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Antes do Presidente Nelson Justus se despedir, não poderia deixar de, neste momento, primeiro de agradecer e acolher com muita alegria e carinho à Assembléia do Paraná, agora filiada, por estas lembranças e homenagens. E dizer que, com muito orgulho, queremos que todos os 27 Estados tenham as suas bandeiras na sede da UNALE, já tem um lugar preparado para isso. Por isso, insistimos que os outros nos mandem também.

Não poderia deixar de agradecer, porque esse trabalho do PROLEGIS é de extremos benefícios para todos os legislativos estaduais. Só para vocês terem uma idéia, se não me engano - o Marcelinho pode me corrigir - mas parece que são 48 programas, com 13 sistemas, que serão construídos. É algo que nenhuma Assembléia conseguiria sozinha, em menos de certamente seis, oito, dez anos. E aí nosso agradecimento na pessoa do Deputado Paulo Odoni, do Rio Grande do Sul, o trabalho que eles tiveram, o custo e o gasto que eles tiveram e colocaram totalmente a disposição de todas as Assembléias.

Então, todas as Assembléias, no momento que quiserem, já recebem todo este avanço, de todo este tempo que eles trabalharam.

E a segunda, é agradecer, mais uma vez, ao pessoal do Marcelo, agradecer ao Presidente, à Mesa, à Assembléia do Rio Grande do Sul, que colocou à disposição este jovem entusiasmado, competente, que está conduzindo este trabalho com muita maestria, com muita competência.

Temos que reconhecer toda esta doação, não só do material técnico mas também do material humano.

Deixo aqui nosso agradecimento, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pelo ordem, peço vênica este momento. Quero crer que todos os Deputados aqui hão de entender o que significa um fim de semana para um Deputado. E tenho, efetivamente, um compromisso, uma inauguração de uma unidade industrial e peço licença para me ausentar e ao indicar o meu substituto, o vice-Presidente José Maria Ferreira, o companheiro tem exercido um trabalho extraordinário conosco, nesta Casa.

Quero dizer a todos os senhores que foi um privilégio, uma honra muito grande recebê-los aqui, na nossa cidade. Como disse ontem, se as portas da cidade estão abertas para todos vocês, a nossa Assembléia estará sempre com as portas escancaradas.

Foi um privilégio realmente tê-los aqui, perdoem-nos as nossas eventuais falhas mas quisemos, dentro daquilo que nos foi possível, atendê-los. E, sem dúvida nenhuma poderia tê-lo feito muito melhor.

Agradeço, peço licença e tenham todos um bom regresso às suas cidades e que Deus nos ilumine sempre para que, juntos, erremos o menos possível.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PAULO ODONI

Presidente, antes da sua saída, vou sair com Vossa Excelência, também tenho compromisso, um vôo direto, vou eu lá para as minhas audiências, ouvir o povo antes de votar.

Quero deixar aqui bem expresso, que o privilégio foi nosso de ter gozado da hospitalidade da Assembléia Legislativa, do Sr. Presidente, dos Deputados todos, também os assessores do Paraná que nos receberam maravilhosamente bem.

Quero também deixar o meu abraço aos colegas Presidentes de Santa Catarina, do Paraná, de Mato Grosso do Sul e os Presidentes que estão aqui, de Sergipe, Tocantins, enfim também a diretoria da UNALE, Presidente Martini, e dizer que estamos, lá no rio Grande do Sul também abertos, e quem sabe, podemos retribuir este encontro. Teremos tempo, certamente em maio foi marcado um encontro da UNALE, em Gramado e o Rio Grande do Sul vai ter que honrar também esta tradição de hospitalidade das Assembléias Legislativas.

E fazer um apelo para que a gente possa, realmente, dar força a esse nosso bloco parlamentar e já na 1ª reunião, lá em Santa Catarina o Presidente Gilmar vai ajudar isso lá, vamos já cevar o camarão naquela lagoa e que a gente possa lá, também, ser bem recebido e fazer um trabalho tão objetivo e sério como este aqui. Este é um momento que vale a pena, não é só a economia em dinheiro, em valores, como o Presidente Martini está ressaltando, porque se fosse, em valor de mercado, seria horrores para nós, mas realmente é a forma de nos atinarmos, tanto na nossa linguagem, na nossa metodologia.

Isso vai facilitar e muito que a gente se afine nas nossas posturas políticas em defesa do Legislativo, do processo democrático, valorizando o Parlamentar estadual, que acho fundamental, num país multiforme como o nosso.

Muito obrigado e até o próximo encontro.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Vamos continuar o nosso trabalho, porque tem muito trabalho pela frente.

Quero deixar aqui registrado que o vice-Presidente da República o Sr. Marco Maciel, nos mandou um telegrama agradecendo por ter a sua foto no jornal e por ter participado conosco na Conferência de Recife. Está feito aqui o registro.

Em relação ao trabalho de informática, só deixamos esse assunto dizendo isso, que os senhores realmente têm, aí, leiam, qualquer dúvida na sua Assembléia, entrem em contato conosco.

Agora, há uma decisão da diretoria de manter esse critério adotado, só poderá beneficiar-se do PROLEGIS, as Assembléias que estiveram filiadas e em dia. Faço uma ressalva, que todas as Assembléias Legislativas são consideradas por uma Resolução da UNALE, desde setembro, como devedoras da UNALE. Significa dizer que mudou o critério, se alguém por exemplo, em abril, para que os Deputados concorram na diretoria quiser colocar em dia, quiser filiar terá que pagar retroativo há setembro de 1999.

Por que tivemos que adotar esse critério? Porque achamos que é um critério de justiça. Se não todos esperariam chegar no mês anterior filiariam e, daí teriam os benefícios, que os outros que estão pagando a mais tempo não teriam.

As Assembléias sabemos que Santa Catarina já está próxima, quem sabe lá, em Florianópolis, vamos fazer também, este processo de filiação. Cada Assembléia tem uma dificuldade, esses convênios têm sido uma alternativa.

Acho que a UNALE não chegou a 15%, do seu potencial e já está fazendo tanto, imaginem quando chegarmos ao nosso 100%.

Vamos, então, dar sequência, vou colocar em votação aqui, a Resolução da UNALE, que diz o seguinte: "Resolução nº 006, trata da criação do Programa de Modernização Consorciado Legislativos Estaduais, dá outras providências. A Diretoria da União Nacional do Legislativo Estadual - UNALE, em reunião realizada no dia 22 de outubro de 1999, aprova a seguinte Resolução. Artigo 1º, consoantes dos objetivos expressos no Estatuto da criação Entidade e no interesse de suas filiadas fica a partir desta data instituído o Programa de Modernização Consorciados Legislativos Estaduais, doravante denominado, simplesmente, PROLEGIS-UNALE.

§ 1º - Esse programa deverá trabalhar pela União dos Recursos Humanos, físicos e financeiros das

entidades conveniadas, em prol da modernização e informatização utilizada dos Legislativos Estaduais.

§ 2º - Para coordenador esse programa será constituído de estudo com estrutura e composição a ser regulamentada através de Resolução.

§ 3º - Funcionará na sede da UNALE, em Brasília, o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Consorciado, soluções para o Legislativo, doravante denominado, simplesmente, CTDC-UNALE.

Art. 2º - É facultada a adesão a esse programa as entidades filiadas à UNALE, que estiverem em dia com as suas contribuições.

Parágrafo Único - Visando cobrir as despesas relativas à reunião compilação, desenvolvimento, divulgação do material disponibilizado aos convenientes, através do CTDC-UNALE. Cada entidade conveniada pagará mensalmente a título de despesa e material, uma taxa igual à 10%, do valor da taxa mensal de filiação paga à UNALE."

Esse valor se não me engano, foi decidido na diretoria... Onde está o Dr. Décio?

O SR. DÉCIO

Foi eliminado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Desculpe, vamos corrigir.

(Lê):

"O Parágrafo Único deixa de existir porque a condição que não tínhamos pensado, é que a entidade não estivesse em dia, mas a condição para ter o benefício é que seja filiado e que esteja em dia.

É desnecessário esse Parágrafo Único.

Via até só o Artigo 2º.

Está em discussão.

Entra em vigor na data da sua aprovação."

Esse é um trabalho que vamos continuar. Uma coisa é você inserir o programa, a outra coisa é o intercâmbio. Teremos sempre um processo de aprimoramento onde todas as Assembléias digamos, de Goiás, avançou na área de taquigrafia, ela vai mandar para a UNALE e a UNALE vai distribuir para as entidades filiadas. Acreditamos que isso não vai acontecer, porque desde que ela se filia, ela passa a ter direito e se realmente ela parar, aí cessa esse benefício.

Em votação.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Tivemos a reunião com os Presidentes de Comissão de Fiscalização Financeira lá na sede da UNALE e achamos que em relação às Comissões Permanentes, teremos que fazer um grande trabalho e até mesmo um estudo comparativo dos Regimentos Internos, porque descobrimos coisas absurdas. Só para vocês terem uma idéia, se não me engano, no Rio de Janeiro, parece que

eles têm 27 Comissões Permanentes, só que nenhuma delas funciona. Então, cada uma tem uma maneira diferente. E aí acho que seria uma idéia, por exemplo, têm uma de Economia, outras de Orçamento e a idéia da UNALE é fazer um trabalho no sentido de nos darmos uma linha similar, padronizada. Teremos que fazer um estudo dos Regimentos Internos nesse aspecto e faríamos a discussão de uma proposta. Isso depende realmente das Mesas Diretoras alterarem seus Regimentos. Foi válida essa reunião, porque vimos, por exemplo, um dado aqui: houve um pedido do Deputado Maneca em Recife para que os Presidentes se reunissem para discutir a questão do não repasse por parte do Executivo aos Legislativos.

Identificamos o seguinte: os Poderes Legislativos têm dado absoluta, ampla e total autonomia gerencial do orçamento, ao Governador. Se não me engano, a Assembléia de Tocantins dá 50% de suplementação. Têm Assembléias que dão 20, 30 ou 40% de suplementação. Significa que o governador não precisa da Assembléia Legislativa. Tem gente que está dando 5% para reserva de contingência. Então, na verdade, nós, Legislativos estamos abrindo mão de prerrogativas nossas e eles querem nos engolir, isso é que é verdade. Há um trabalho nesse sentido. Foi importante essa reunião da Comissão também para que comecemos a acordar e dou um exemplo do Espírito Santo. Lá eles não têm autorização de suplementação para o Executivo. A cada mês, um ou dois pedidos do governador, para suplementação. É quando eles vão discutir se vão dar ou se não, se vai aprovar, ou se não vai aprovar, só que o respeito do Executivo em relação ao Legislativo mudou completamente.

Minas Gerais pede 10%, só para se ter uma idéia e é um absurdo porque dá um bilhão e quatrocentos milhões. Se déssemos isso para ele agora, a Assembléia ficaria sem receber porque eles estão com dificuldades, não querem repassar e o topete dele é maior do que devia ser. Então o que chamo a atenção aqui dos senhores é isso, dessa reunião dessa Comissão surgiu isso: o Poder Legislativo precisa recuperar a suas prerrogativas, precisa recuperar a sua autonomia e é no orçamento, na LDO, no Planoplurianual que vamos recuperar isso. Não adianta falarmos de outra linguagem se não recuperarmos isso. A LDO normalmente é aprovada nas nossas casas sem que ninguém leia, os orçamentos são aprovados sem que ninguém leia! E o Executivo tem técnicos muito hábeis para colocar ali dentro tudo que eles querem pedindo toda autonomia. Então, esta foi a primeira reunião da Comissão, vamos fazer outras, porque queremos buscar isso.

Vamos entrar na Lei de Responsabilidade Fiscal que é o tema da pauta para ver que encaminhamento vamos dar. (O documento está com os senhores). Esse documento foi elaborado por um técnico. E dá um retrato de como é o projeto que o Governo apresentou. Acho que a partir do substitutivo que teríamos que analisar o documento. Esse aqui tem seu valor porque baseado no texto

original, mas o comentário e um estudo sobre o Substitutivo já está muito mais ameno e muito mais atendendo as expectativas de todos.

Depois da proposta 22 ele faz uma avaliação. Na página 23 temos propostas de alterações. Queríamos agora achar uma boa maneira de encaminhar essa questão e vou esta aberto a sugestões. Mas a minha sugestão seria a seguinte: que nós pudéssemos discutir daquilo que já ouvimos, já lemos e já soubemos e sugestões que temos. Vamos colher tudo, pegar esse parecer com essas propostas mais essas sugestões. A partir desse relatório prévio apresentado pelo Relator, pediríamos para esse técnico fazer uma nova proposta, mandaríamos para todos os membros da diretoria e Presidentes de Assembléias e estabeleceríamos um prazo máximo de 15 para mandarem para a UNALE suas sugestões. E não havendo nenhuma sugestão chegada, vamos remeter aquela proposta que tivermos enviado para os senhores.

A próxima reunião será na Bahia ou em Florianópolis. Será o final do mês de novembro temos 30 dias para irmos. Mas acontece que a Comissão Especial não vai esperar, este que é o grave problema.

O SR. CARLITO MERS

Presidente, tenho uma sugestão, que é disponibilizar esse material na Internet, no “site” da UNALE, ou vocês mandarem por “e-mail” também, usar este sistema, que é mais rápido. Aqueles que tiverem “e-mail” não se preocupem, porque mando por “e-mail” para eles, porque tenho lá todo mundo. Quem não tiver, mando via Sedex.

O SR. MIGUEL MARTINI

Esta avaliação da proposta do Carlito seria interessante que fosse encaminhada logo para o estudo, para que quando se mandasse, já mandasse uma avaliação.

Vocês já têm tanto o parecer prévio do relator quanto esse documento, ok?

Agora, a partir daqui preciso é num prazo máximo de 15 dias para receber essas sugestões, o que não receber vou encaminhar para o relator, porque senão não vamos ter tempo suficiente para isso.

O SR. DEPUTADO

Sugeriria que se fizesse um trabalho paralelo junto à Câmara dos Deputados no sentido de retardar, vai seguindo.

O SR. DEPUTADO

Tem um prazo regimental, parecer prévio aberto num prazo de cinco sessões da Comissão para apresentação de sugestões e emendas. Isto significa que vai até o dia 10, 15 de novembro, depois disso é que o relator apresenta um relatório mesmo, esse é um relatório prévio, agrega-se as emendas, ou seja, depois do dia 15 de novembro.

O SR. MIGUEL MARTINI

Então, podemos estabelecer hoje, dia 22, podemos estabelecer até o dia 10 de novembro, o prazo máximo para recebimento de sugestões, independente dos senhores e senhoras receberem qualquer comunicado nosso, mandem a partir desse relatório prévio e desse parecer a sugestão para a UNALE.

Agora, deixa eu pedir uma caridade. Falo a partir de uma experiência da reforma tributária. Os 26 Presidentes foram na Comissão, fomos com Michel Temmer, fizemos solicitação, enviamos pedido e não tivemos mais que 2 ou 3 que propuseram.

Sabemos que o Deputado na reunião, pensa, fala, discute e tal, quando sai daqui para chegar lá, se debruçar e mandar qualquer coisa, é complicado.

Daí porque estou pedindo isso. Todos temos excelentes assessorias, dos senhores são muito melhores que as minhas, então, que já entre em contato com as assessorias de Vossas Excelências. Que os Presidentes já determinem às assessorias da Casa para trabalhar em cima disso aqui, para chegar até o dia 10 de novembro.

O SR. DEPUTADO

O procedimento que adoto é diferente. Acho que não deve ser um trabalho apresentado pela Assessoria do Presidente, quando retorno, passo para todo o Plenário, e deixo que cada Deputado se encarregue de oferecer uma sugestão, para que não seja apenas a visão do Presidente. A partir daí, ele não pode cobrar absolutamente nada.

Mas, Martini, aqui duas coisas devem ser feitas. Por exemplo, você receber hoje do Presidente da Comissão de Finanças, porque quando ele retornou ele fez.

Acho que deve ser as duas partes, não só a assessoria do Presidente, mas também do plenário.

O SR. MIGUEL MARTINI

Vamos pedir aos Presidentes que façam isso, a semana que vem estará saindo este pedido. O que estou pedindo aos senhores é que retornem, então, o que não chegar até o dia 10 de novembro, é a sugestão que temos.

Pois é, o silêncio já está atendido.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Só para concordar com o Reinaldo e também com o Leal Júnior, porque cada situação tem a sua particularidade.

Aqui no Paraná, quando recebemos aquele relato das reuniões das Comissões de Fiscalização, Economia e Finanças, fomos ao Plenário da Assembléia, lemos aquela correspondência que recebemos, passamos ao conhecimento de cada um dos Senhores Deputados.

Evidente que alguns já se interessaram e procuraram até informações a respeito do assunto. Já estamos aí com um grupo de trabalho iniciando estudos a respeito disso, com o Professor Nildo, inclusive, já nos preparou um trabalho a este respeito, que está sendo discutido agora com o Presidente, com a Mesa da Assem-

bléia, com as Lideranças. E que logo, inclusive se der tempo, vamos passar ao conhecimento de Vossa Excelência o pensamento de um técnico, de um dos nossos assessores aqui da Assembléia, a respeito do assunto, para que sirva, quem sabe, de subsídios também para Vossas Excelências.

Então, aqui a coisa já está, mais ou menos, andando. Esperamos, neste prazo de 15 dias, podermos oferecer alguma sugestão positiva, não só à UNALE, mas ao conjunto de todas as Assembléias do Brasil.

O SR. MIGUEL MARTINI

Ok!

Então, vai ser usado o sistema de correspondência, que vai ser através da nossa "home-page", através da Internet, ok?

O SR. GILMAR KNAESEL

Presidente, queria pedir licença para cumprimentar mais uma vez a UNALE, a Diretoria pelo grande trabalho. Espero vocês dia 9 de dezembro.

Um abraço a todos!

O SR. MIGUEL MARTINI

Senhoras e senhores, tenho uma sugestão do Deputado Reinaldo Moura, que é a seguinte: que, pelo menos, fizéssemos uma discussão da questão do percentual que está proposto para as Assembléias, para sairmos daqui com esta questão, mais ou menos fechada. A proposta que está aqui é de 4%, incluindo o Tribunal de Contas.

Ou este percentual é pequeno, ou, como disse o Foscarini, que houvesse uma definição máxima do percentual do Tribunal de Contas, que é o caso do Rio Grande do Sul: 100% é para a Assembléia e o Tribunal. E o Tribunal fica com 40%. Quer dizer, não tem lógica que uma Assembléia com 54 Deputados, toda a estrutura, fique com 60%, e o Tribunal, com 7 Conselheiros, fique com 40%.

Então, poderíamos trabalhar esta questão. Está em discussão esta questão.

O SR. DEPUTADO

Acho pertinente que o Tribunal tenha autonomia de gestão, de iniciativa, não pode ficar misturado. Acho que é um erro ficar na mesma rubrica. Tem que separar, tem que definir.

O SR. DEPUTADO

Aí tem outra questão: se separarmos, eles querem isso, aí deixará de ser um órgão auxiliar.

O SR. DEPUTADO

E a proposta deles é nesse sentido, é de separar.

O SR. DEPUTADO

É de constituir o 4º Poder.

O SR. MIGUEL MARTINI

Bom, então vamos aumentar o percentual, ao invés de quatro, aumenta o percentual e deixa estabelecido conforme a sugestão do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO

Precisa estabelecer que dentro do Legislativo o TCE tenha um limite.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Nós temos na Constituição, de 1,84 do Tribunal de Contas e 3,16 é da Assembléia Legislativa. Eles ficam em torno, hoje, de 35 a 36% de um montante de 100%.

O SR. DEPUTADO

Existem alguns Estados em que o Tribunal de Contas tem uma participação muito grande e outros não.

(É citado o Artigo 43).

(Discussões paralelas sobre o artigo)

No original é a Assembléia quem determina o percentual, no substitutivo é o Tribunal de Contas quem determina.

(Vários Deputados se manifestam)

O SR. DEPUTADO

O Tribunal de Contas verifica, não estabelece.

O Tribunal de Contas, na hora em que vai receber a prestação de contas do município, da Assembléia ou do Estado, vai verificar se está atendendo ao que diz a lei ou vai ter que denunciar. Ele não tem poder nenhum para estabelecer ou praticar sanções, só denunciar.

O SR. DEPUTADO

Acho que a nossa proposta seria reduzir este montante do Poder Executivo.

O SR. DEPUTADO

Na proposta do Legislativo, ele reduz o do Executivo.

O SR. DEPUTADO

Não tenho tido dificuldade. eu tenho até 5% hoje e o Tribunal tem até 3%. Eu tenho até cinco hoje e ele até três. Eu tenho três podendo chegar a cinco e ele dois podendo chegar a três e não tem submissão não.

O SR. MIGUEL MARTINI

O que estou estranhando é que na fala do relator ele iria delegar para uma comissão como nós temos em Minas, chamada compatibilização, nós não temos definição de percentuais.

Nós temos na nossa Constituição uma Comissão de Compatibilização financeira e Orçamentária aonde o chefe dos Poderes, incluindo os dois órgãos, Tribunal e Ministério Público, senta-se à mesa e define quais serão os percentuais de cada um - Tribunal de Justiça, Assembléia tal e aí a partir daquilo ali é elaborada a LDO e é

elaborada a partir daí, o orçamento. Então, nós definimos na LDO depois vai para o Orçamento.

E o relator Pedro Novaes disse que tinha tendência de fazer isto e acho que seja a melhor saída. Ele pode estabelecer um limite máximo e aí nós poderemos pedir que este limite máximo chegasse talvez a cinco por cento.

O SR. DEPUTADO

Estava fazendo com a visão passada pelos governadores. Não era uma visão passada pelas Assembléias. Era uma visão passada pelos governadores, que disseram para ele, relator, que cada Assembléia levar o relatório e quando cheguei, falei, mas isto não corresponde a realidade, porque isto é que eu tenho direito, não é o que o Governo manda para cá. Eu tenho direito a tanto ele não manda.

Mas quando ele passou para o relator ele passou o duodécimo fechado, que ele não fecha, para mim ele não manda. Aí o Relator fez este cálculo com base nas informações prestadas pelos governadores.

O SR. DEPUTADO

Em muitos estados não há uma definição se este percentual é sobre a receita corrente ou se é sobre a receita líquida. Onde é sobre a receita corrente vai correr... Agora está claro. Antigamente não. Antigamente você podia calcular sobre a receita corrente... você vai incluir aí convênios, empréstimos e outras receitas. Agora não. Vai ser receita líquida. Tem lugares que vai diminuir sensivelmente.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Eu acho que nós não vamos chegar a isto aí, mas de qualquer maneira, de qualquer maneira, nós temos que fazer uma pressão, de uns dez, quinze Deputados, marcar para ir a Brasília para estar junto com o relatório para dar uma pressionada nele. Não basta que o Presidente vá lá com mais um Deputado e entregue isto não. Eu acho que nós temos que fazer uma pressão em cima do relator até o dia 15 de novembro.

Só para dizer para os Senhores, o Tribunal de Contas está bem articuladinho, estão trabalhando, tem parecer, pressionado, estão pressionando e vão continuar pressionando. Se nós não fizermos um movimento, não formos capazes de mobilizar os nossos Deputados estaduais nós não conseguiremos esta pressão e vamos ser derrotados.

Então, já chega do espaço que nós perdemos. Agora não dá para o presidente sozinho resolver isto. Temos que ter todos os Presidentes inseridos nisto.

No dia oito de novembro vamos ter um Seminário sobre comunicação social. Estamos em contato com as Assembléias e vamos fazer a divulgação do evento, ainda em 99, vamos realizá-lo. Queremos trocar experiência na área de comunicação social: rádio, televisão, TV a Cabo, Cerimonial é dia 08. O outro evento vamos avisar a data, vai ser ainda, este ano.

O SR. DEPUTADO

Sugiro para que se discuta essa questão de canal legislativo e que a UNALE assuma isso. Porque cada um está trabalhando para um lado - eu mesmo estou trabalhando. Você vai ver um preço aqui, você não entende de montagem de televisão, se é melhor alugar ou comprar um equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Isso já foi falado na UNALE.

O SR. DEPUTADO

Mas você tem que tratar agora dessa questão mais diretamente, quando fizer a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Sim. O que nós fizemos e os Senhores devem ter lido - eu sei que lêem tudo - no jornal, no número anterior, tivemos uma matéria ampla de orientação para implantação de TV Legislativa. e isso nós temos, por exemplo, em Minas, o que montou para nós esteve em Sergipe, à disposição, conhece tudo, o preço é barato, não é caro. houve uma outra sugestão que foi da universidade de Brasília.

Temos fonte e temos como orientar, mas é uma decisão que as mesas diretoras têm que tomar. Nessa Comunicação social certamente vamos tratar dessa questão.

A Dra. Silvia foi responsável por essa área na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e está organizando isso aí e então teremos.

Digo aos Senhores: é uma das poucas saídas que os legislativos estaduais têm. Em Minas Gerais, hoje, temos um bom estúdio, que poucas televisões têm. Estamos transmitindo tudo ao vivo. Audiência pública, pegando em muitos municípios do interior. Queremos chegar a quase todos os grandes municípios. Estamos entrando com o rádio agora também.

Gente, essa é a saída, só nós temos o interesse de divulgar o que fazemos. A mídia lá fora não tem nenhum interesse de fazer isso.

Principalmente os formadores de opinião, juízes, advogados, empresários, todos assistem, porque interessa para eles.

Além disso, temos em Minas Gerais algo que Espírito Santo, Brasília e outros já têm e não sei se vocês têm aqui, nos canais abertos normais temos uma Assembléia em forma. São dois minutos diários em todas as TVs. Isso dá uma repercussão extraordinária para nós, porque entra nos horários variados e nos horários nobres.

Não fica caro fazer um pacote como esse e é interessante. Temos que mostrar o que estamos fazendo, senão ninguém vai mostrar. Também temos a produção e fica mais barato ainda.

Só para os Srs. terem uma idéia, a Assembléia estampou no jornal acho que pressionada pelo Executivo, ficamos de praticamente de manhã até 10:30, 11:00hs da

noite, em plenário, a oposição brigando, xingando. No dia seguinte apareceu no jornal a Assembléia vazia, sugerindo que os Deputados não trabalharam. Mas escrito trabalhando, votou e não sei mais o quê. As pessoas não lêem jornal, eles vêem as fotos.

Quero então denegrir e a gente sabe disso. O importante é investir na comunicação social, na televisão, no rádio e no que puder.

Código de ética, o Deputado Manuel Maria foi encarregado de elaborar com o Picarelli e o Edson, de Roraima e eles têm uma proposta de código de ética.

O que nós queremos? A UNALE vai criar um código de ética e um Conselho de ética e isso vai valorizar a entidade, a nível nacional. Depois nós temos também uma proposta que cada Assembléia Legislativa tenha também o seu Conselho de ética, no sentido de valorizar mesmo o Parlamento, valorizar a atividade parlamentar, os únicos que podemos valorizar somos nós! Não tem jeito!

Então, aquele Deputado que procede antieticamente, ele está desvalorizando todo o processo da Casa Legislativa e dos outros Parlamentares. Então a sugestão foi aprovada, foi constituída uma comissão, estão aqui o Deputado Manuel Maria, com a proposta, não sei qual é o encaminhamento que a gente vai dar. Ah, sei, o encaminhamento que a gente vai dar é mandar cópias para todos aqui e além disso nós vamos mandar para todas as Assembléias Legislativas e o prazo máximo para discussões e sugestões será a próxima reunião da UNALE.

ENIAL, dos dias 29 de novembro a 1º de dezembro, em Salvador Bahia. ENIAL, Encontro Nacional de Informática aplicada ao Legislativo. Estaremos lá, apresentando o PROLEGIS também. Vamos aproveitar também, nesta reunião, para trabalhar a questão do lançamento do Parlamento. Então é importante que os Srs. tenham conhecimento disso e que participemos, todos nós, ok?

O assunto da pauta está encerrado, abrimos agora para assuntos gerais, que alguém queira colocar.

Gente, deixe dar uma boa notícia, Sergipe acaba de fechar conosco e vai assinar também o convênio do PROLEGIS.

(Aplausos)

O SR. CESAR SELEME

Sr. Presidente, fizemos agora há pouco a entrega do cheque do Deputado Anibal. E dias atrás, nós conversando aqui na Assembléia, chegamos à conclusão que, claro, seguro é muito significativo para a família que recebe, a viuva. Mas, em cima disso a gente poderia até pensar em fazer alguma coisa a mais.

Nós levamos esta proposta ao BAMERINDUS, o BAMERINDUS apresentou uma proposta, para cobrir, mais ou menos no valor de R\$100.000,00, por pessoa sairia um custo de R\$51,90 por mês, para cada participante. É um seguro em grupo, e que faculta a idade máxima, até 75 anos. Após o segundo mês, aí no caso a

Assembléia, se fechasse o pacote, a idade máxima seria 55 anos, mas o pacote fecharia em 75 anos, idade limite para fazer parte deste seguro em grupo.

Não sei, conversando com os companheiros aqui, até sugeri, que não a Assembléia pagasse isso e nem a UNALE, mas que se levasse isso para cada Assembléia, um posto em cada Assembléia, e quem sabe determinado grupo ou a Assembléia toda, e quem sabe fizesse esse seguro. Acho que é uma proposta boa, segundo o estudo do BAMERINDUS, falaram que é uma taxa mínima possível que eles puderam fazer, tratando-se de seguro em grupo.

Então tenho aqui a proposta, vou passar para Vossas Excelências, se puderem os Senhores Deputados encaminhá-las para as Assembléias, para analisar e ver. Acho que é uma proposta assim, olhando o lado social das famílias dos Parlamentares até que se defina essa posição de aposentadoria de Parlamentares que está muito embolado o Paraná Previdência, nós aqui do Paraná, em todas as Assembléias. Seria interessante levar esse conhecimento para todos, que é um seguro que pela taxa normal das seguradoras aí, 51 reais, no valor do prêmio, de 100 mil, nos parece á primeira vista que não é elevada. A taxa deles realmente é boa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

Vamos receber, acho que nós como entidades nós poderemos só tomar o cuidado do seguinte, pedir ao Décio que tentasse levantar duas mais pelo menos, outras propostas para que nós pudéssemos dizer essa é a mais barata, que nós encontramos no mercado, para não dar dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO

Qual o valor do cheque?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Era para ser de 214 mil reais, se todos os filiados tivessem pagos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martins)

O valor do cheque foi de oitenta e três mil e duzentos reais. Agora nós já temos 550 associados, mas a associação depende do trabalho de algum Deputado, que gosta da UNALE, ligado a UNALE, que faça com os seus companheiros, fará disso é difícil.

Então, nós já teríamos 110 mil reais, hoje se todos pagarem. É o que nós esperamos receber e pedir aos senhores das Assembléias, que ainda não têm todos os filiados, que façam essa filiação urgentemente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Estamos com a nossa Entidade funcionando há 3 anos e pouco, nesse período todo se não me falha a memória é a sexta vez, que nós somos chamados à contribuir, em 36 meses. Nós nesse período tivemos que contribuir com 1.200 reais.

Essa proposta que o Deputado Seleme apresenta, que é uma proposta barata em termos de custo de seguros. Porque tenho outros seguros no BANESTADO, no próprio HSBC e, que para o mesmo retorno de benefício de 100 mil reais, às vezes pago 150 reais, 120 reais ou 170 reais.

Então vejam bem, que o fato na lei o que os companheiros têm que mostrar aos Deputados. Felizmente o que custa para nós, o fato UNALE, é menor, é o custo mais barato, que existe se comparando com qualquer outro grupo. Agora é lógico nesse caso, que 40% recolheram, de 83 deu 45%, quer dizer que para aqueles que estão pagando lógico que fica pesado. Porque daí você vai gastar por um benefício menor. Agora se todos nós os 1.059, registrados ali pagassem daria Duzentos e onze mil e oitocentos reais. E não Oitenta e três mil reais, como deu.

Então é um apelo, inclusive, que faço, que nós aqui levamos isso a sério realmente. A questão da filiação da Assembléia, nós levamos a sério, fizemos muitas tentativas felizmente no dia de hoje conseguimos completar. Aqui na Assembléia, tenho inclusive que de novo conversar com o Dr. Décio, com Vanda, está errado a planilha de novo.

Aqui nós somos 54 Deputados, mais 2 Suplentes, os dois Suplentes também estão filiados. Então não é só 54, mas sim, 56 Deputados. Já pedi para ver isso e está de novo errado.

Aqui no Paraná não é 100%, é 103% de filiados.

O SR. DEPUTADO

Nunca vi acertarem isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Martini)

É um problema de computador, mas tem que resolver.

Com a palavra o Deputado Manoel Chaves Neto, de Amazonas.

O SR. MANOEL CHAVES NETO

Tivemos a reunião em Manaus, da implantação do Parlamento Amazônico, acho que foi um sucesso a reunião, muitos Deputados estiveram presentes. Em conversa quase que 90% do Deputados das Assembléias que estiveram presentes lá, ao conversar com colegas nossos, da nossa Bancada relataram o que a Assembléia pagava. Isso suscito, aguço o desejo dos Deputados, de que houvesse uma uniformização, se a UNALE poderia contribuir de alguma forma para que determinadas vantagens pudessem, também, ser percebidos pelos Deputados da nossa Assembléia, como por exemplo: o Auxílio Moradia.

Grande partes das Assembléias recebem os 75% do que ganha o Deputado Federal, isso já ficou caracterizado que o Auxílio Moradia não significa que a pessoa de derrubou para a moral, o auxílio moradia é interpretado como sendo uma representação. Tanto é que os Dep-

utados Distritais de Brasília recebem uns 3 mil reais, como representação e grandes partes das Assembléias pagam. Outras pagam as Sessões Extraordinárias, na base de no máximo 8, na faixa de um dia trabalhado, se calcular 200 mais 1.600.

Então se houvesse essa possibilidade, porque quando avisei ao Plenário que viria para a reunião da UNALE, imediatamente os colegas perguntam se não haveria possibilidade de se provocar, pelo menos uma unificação no que for possível. Não seria a UNALE abaixar uma norma oficial, mas ela informar, por exemplo, através do seu departamento jurídico, que o salário-moradia pago aos Deputados Federais que optam por receber em espécie é de 3 mil reais e, que não significa a obrigatoriedade da residência. Não é o caso do Deputado que mora no interior, vai para a capital e tem que pagar aluguel e as Sessões Extraordinárias. Porque a situação está quase insuportável de salário de Deputados 4.600 reais, se não me engano. Hoje, não tem nenhuma perspectiva, porque não tem mais a previdência, nós ainda não encontramos. Porque para formar um fundo previdenciário precisa locar recursos, ninguém forma fundo sem dinheiro, sem caixa, e da onde tirar.

Só queria citar a Presidência se seria possível?

O SR. PRESIDENTE (**Miguel Martini**)

Estou aberto à discussão, só que acho que já fiz várias tentativas e, percebo que das tentativas que nós fizemos a única possível é tentar reunir os 27 Presidentes, para que eles se entendam entre eles e achem uma maneira lógica de resolver isso.

Fora disso não dá, porque nós discutimos fazemos uma proposta o Presidente vive uma realidade diferente, cada Estado tem uma realidade diferente. Então a única saída que vejo é reunir os 27 Presidentes, para que eles conversem para tentar chegar a algum acordo.

Porque o que você está me dizendo é o seguinte: a Assembléia do Paraná vai em Minas Gerais saber o que está acontecendo. A Assembléia de Minas vem no Paraná; vai em Santa Catarina para saber o que está acontecendo. Essa troca de informações, já existe. Agora, cada Presidente, cada Assembléia, em cada Estado tem uma realidade diferente. Daí não dá para nós colocarmos uma proposta que já é de conhecimento dos Presidentes. Ele vai acabar se ele quiser, essa que é a verdade.

Já pensei muitas vezes, já tentei reunir e você não consegue. Cada um tem uma maneira de se defender e não quer abrir para ninguém, está é a verdade. Porque tem que falar oficialmente 6.000.

Ponto. Acabou e não tem mais nada. Agregado a isso, nós temos o teto que a qualquer momento pode ser implantado. Na hora em que implantar o teto, também, não tem o que se conversar. Tem que se cumprir e acabou. Fora disso, cada Assembléia acha a sua defesa. Uns é com diária, outros é com “A”, com “B”, com “C” não tem jeito! Cada um acha um jeito.

Mais alguma coisa?

Está aqui a cópia do Conselho de Ética elaborado no Estado do Rio Grande do Sul.

Quero agradecer a todos, agradecer à Assembléia Legislativa do Paraná e dizer que está encerrada a reunião.